

Política de Privacidade

A presente Política de Privacidade aplica-se ao tratamento de dados pessoais realizado pela PSIFARO, Serviços Especializados de Psicologia, Lda, NIPC 515078980, com sede em Rua Aboim Ascensão, n.º 13B, 8000-197 Faro (doravante “PSIFARO”), no âmbito da utilização do seu website e da prestação dos respetivos serviços clínicos, médicos e administrativos.

1. Quem somos e enquadramento legal

A PSIFARO é uma entidade prestadora de cuidados de saúde, designadamente serviços de psicologia, psiquiatria, avaliações psicológicas (incluindo avaliação psicológica do tráfego), medicina do tráfego, medicina de robustez física e psíquica, terapia de casal, psicologia infantil e orientação vocacional.

O tratamento de dados pessoais é efetuado em conformidade com o Regulamento (UE) 2016/679 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados – RGPD) e demais legislação nacional aplicável em matéria de proteção de dados, bem como com a legislação específica do setor da saúde.

2. Conceitos e categorias de dados pessoais

Para efeitos da presente Política, “dados pessoais” são quaisquer informações relativas a uma pessoa singular identificada ou identificável, incluindo, nomeadamente, nome, morada, contactos, dados de faturação, dados de saúde e dados de navegação no website.

A PSIFARO pode tratar, em particular, as seguintes categorias de dados:

- Dados de identificação e contacto (p. ex. nome, NIF, morada, email, telefone).
- Dados de faturação e pagamento (p. ex. NIF, dados necessários à emissão de faturas/recibos).
- Dados clínicos e de saúde (p. ex. informação relativa ao estado de saúde física e psíquica, relatórios, exames, histórico clínico, informação recolhida em consultas e avaliações médicas/psicológicas).
- Dados profissionais e académicos quando necessários (p. ex. para relatórios para entidades empregadoras ou académicas).

PsiFaro

- Dados de utilização do website e cookies (p. ex. endereço IP, logs de acesso, preferências de navegação, identificadores de cookies).

3. Origem dos dados e formas de recolha

Os dados pessoais podem ser recolhidos:

- Diretamente junto do titular ou respetivo representante legal (por telefone, email, formulários online, presencialmente, por escrito ou outros meios eletrónicos).
- Através do website, incluindo formulários de contacto, marcação de consultas e cookies/tecnologias semelhantes, nos termos definidos nesta Política e na política de cookies.
- Junto de entidades terceiras, nos casos legalmente permitidos ou autorizados pelo titular (por exemplo, entidades empregadoras, seguradoras, IMT ou outras entidades oficiais, quando necessário para a emissão de relatórios/atestados).

4. Fundamentos e finalidades do tratamento

O tratamento dos dados pessoais pela PSIFARO baseia-se nas seguintes bases de licitude:

- Execução de contrato e diligências pré-contratuais (marcação de consultas, prestação de serviços clínicos e administrativos).
- Cumprimento de obrigações legais (fiscais, contabilísticas, regulatórias e obrigações específicas em matéria de saúde e segurança no trabalho).
- Interesse público importante na área da saúde e tratamento necessário para efeitos de prestação de cuidados ou tratamentos de saúde, ao abrigo do artigo 9.º, n.º 2, alínea h) do RGPD (dados de saúde).
- Interesse legítimo da PSIFARO em assegurar a segurança do sistema, melhorar os serviços e gerir relações com utilizadores e clientes, desde que não prevaleçam os direitos e liberdades fundamentais do titular.
- Consentimento do titular, quando este seja exigido por lei, designadamente para comunicações de marketing não relacionadas com o serviço clínico ou para certos tipos de cookies não estritamente necessários.

As principais finalidades do tratamento são:

4.1. Prestação de serviços administrativos, clínicos e terapêuticos

- Identificação e atendimento em consultas de psicologia, psiquiatria, terapia de casal, psicologia infantil e orientação vocacional.
- Realização de avaliações psicológicas, incluindo psicologia do tráfego, exames médicos e emissão de atestados ou relatórios clínicos.
- Avaliação da capacidade de trabalho, robustez física e psíquica, e medicina do tráfego.
- Serviços de revalidação do título de condução.
- Serviços administrativos de troca de título de condução estrangeiro por português.
- Serviço de Apoio a outros procedimentos administrativos.

4.2. Gestão administrativa e faturação

- Gestão de marcações, cancelamentos, lembretes de consultas e contactos administrativos.
- Emissão de faturas, recibos e comunicação com entidades pagadoras (seguradoras, entidades empregadoras, sistemas de saúde, entre outras).
- Cumprimento de obrigações fiscais e contabilísticas.

4.3. Comunicação e informação

- Envio de comunicações relacionadas com os serviços contratados, alterações relevantes de funcionamento, informação administrativa ou operacional necessária.
- Envio de informação sobre novos serviços ou iniciativas, quando exista base legal adequada (interesse legítimo ou consentimento, conforme aplicável).

4.4. Gestão do website e segurança

- Melhorar a experiência de navegação, analisar estatísticas de utilização e garantir a segurança da informação e dos sistemas.
- Prevenir fraudes, realizar auditorias internas e responder a pedidos de autoridades competentes.

4.5. Gestão da Loja Online e Encomendas

- Processamento de encomendas e entrega de produtos digitais (*eBooks*) ou físicos.

- Gestão de pagamentos e faturação de produtos.
- Gestão de devoluções, reclamações e apoio ao cliente relacionado com as compras.

5. Carácter obrigatório dos dados

Alguns dados pessoais são indispensáveis para a prestação dos serviços clínicos ou cumprimento de obrigações legais; nestes casos, a sua falta poderá impedir a prestação do serviço ou o cumprimento da relação contratual.

Sempre que os dados sejam obrigatórios, tal será claramente indicado; a não disponibilização desses dados poderá implicar a impossibilidade de marcação de consulta, emissão de relatórios, realização de exames ou faturação.

6. Confidencialidade e partilha de dados

A PSIFARO assegura que todos os dados pessoais são tratados com rigorosa confidencialidade, apenas acessíveis a profissionais autorizados e vinculados a deveres de sigilo profissional, designadamente profissionais de saúde sujeitos a sigilo médico, psicológico e confidencialidade administrativa.

Os dados poderão ser partilhados apenas nas seguintes situações:

- Entidades e plataformas clínicas ou informáticas indispensáveis à prestação de serviços (software clínico, sistemas de gestão, serviços de alojamento), atuando como subcontratantes, sujeitos a obrigações contratuais de proteção de dados e segurança.
- Entidades oficiais e reguladoras, como o IMT, autoridades policiais, autoridades judiciais, entidades empregadoras ou académicas, sempre que tal seja exigido por lei ou necessário à emissão de relatórios/atestados devidamente autorizados pelo titular ou pela legislação aplicável.
- Entidades fiscais, contabilísticas e de auditoria, no cumprimento de obrigações legais.
- Prestadores de serviços de pagamento e instituições financeiras (para processamento de pagamentos de encomendas online).

Em qualquer caso, a PSIFARO limitará a partilha ao estritamente necessário para a finalidade em causa.

7. Transferências internacionais de dados

Se, no âmbito da utilização de serviços de alojamento ou plataformas tecnológicas, ocorrer transferência de dados pessoais para países fora do Espaço Económico Europeu, a PSIFARO assegurará que tal apenas sucede para países com decisão de adequação da Comissão Europeia ou mediante a adoção de garantias adequadas, como cláusulas contratuais-tipo, nos termos do RGPD.

Sempre que aplicável, o titular poderá obter informação adicional sobre estas transferências e garantias, mediante pedido dirigido aos contactos indicados nesta Política.

8. Prazos de conservação

Os dados pessoais são conservados apenas durante o período estritamente necessário para as finalidades respetivas, tendo em conta os prazos legais aplicáveis:

- Dados de faturação e contabilidade: conservados durante 10 anos, nos termos da legislação fiscal e contabilística.
- Dados clínicos e de saúde: conservados pelos prazos legais aplicáveis às entidades prestadoras de cuidados de saúde pelo prazo geral de 5 anos e, quando aplicável, às obrigações em matéria de medicina do trabalho, podendo, em determinados casos, atingir até 40 anos após a última intervenção, sem prejuízo de prazos superiores ou específicos previstos em legislação especial.
- Dados de marketing (quando aplicável): conservados até que o titular retire o consentimento ou exerça o seu direito de oposição, salvo obrigação legal em contrário.
- Dados de navegação e cookies: conservados pelos prazos indicados na política de cookies, variando consoante a natureza (sessão, persistentes, analíticos, etc.).

9. Direitos dos titulares de dados

Nos termos da legislação aplicável, o titular dispõe dos seguintes direitos relativamente aos seus dados pessoais:

- Direito de acesso: obter confirmação sobre se os seus dados são tratados e aceder aos mesmos.
- Direito de retificação: solicitar a correção de dados inexatos ou o seu aditamento.

PsiFaro

- Direito ao apagamento (“direito a ser esquecido”): requerer o apagamento dos seus dados quando não existam fundamentos legais para a sua conservação, sem prejuízo das obrigações legais de arquivo, nomeadamente em matéria de saúde e fiscal.
- Direito de oposição: opor-se, a qualquer momento, ao tratamento dos seus dados, em especial para efeitos de marketing direto ou com base em interesse legítimo, salvo quando existam motivos legítimos imperiosos que prevaleçam.
- Direito à limitação do tratamento: solicitar a limitação do tratamento em determinadas circunstâncias (contestação da exatidão, oposição ao apagamento, entre outras).
- Direito à portabilidade: obter os dados num formato estruturado, de uso corrente e leitura automática, e transmiti-los a outro responsável, quando o tratamento se baseie no consentimento ou na execução de contrato e seja realizado por meios automatizados.

O exercício destes direitos pode ser feito por escrito, através de:

- Morada: PSIFARO, Serviços Especializados de Psicologia, Lda, Rua Aboim Ascensão, n.º 13B, 8000-197 Faro.
- Email: geral@psifaro.pt

10. Encarregado de Proteção de Dados

A PSIFARO designa como Encarregado de Proteção de Dados (EPD/DPO):

Nome: Bárbara Fernandes

Email: edp@psifaro.pt

Na ausência de indicação específica em contrário, o contacto para questões de proteção de dados será o mesmo indicado na presente Política (geral@psifaro.pt).

11. Segurança dos dados

A PSIFARO trata os dados pessoais para cumprir obrigações legais ligadas à atividade clínica, psicológica e administrativa, garantindo sempre a segurança da informação. Os dados podem ser usados para prevenir fraudes, realizar auditorias internas, responder a exigências de autoridades competentes e assegurar o cumprimento do RGPD e demais normas aplicáveis. Todo o tratamento é feito de forma confidencial e apenas na medida necessária para assegurar legalidade, segurança e correta prestação dos serviços,

prevenindo acessos não autorizados, perda, uso indevido ou divulgação indevida. O titular tem o direito a solicitar a limitação ao tratamento dos dados.

12. Cookies e tecnologias semelhantes

O website da PSIFARO utiliza cookies e tecnologias semelhantes para:

- Garantir o correto funcionamento do site e permitir funcionalidades básicas (cookies estritamente necessários).
- Recolher estatísticas de utilização e desempenho, de forma agregada e anónima, para melhorar os conteúdos e serviços (cookies de desempenho/analíticos).
- Personalizar a experiência e, quando aplicável, apresentar conteúdos ou comunicações ajustadas às preferências do utilizador (cookies de funcionalidade ou marketing), mediante consentimento prévio.
- O utilizador pode, a qualquer momento, gerir as suas preferências de cookies através das definições do navegador ou de ferramentas disponibilizadas no website (como o *banner* ou gestor de consentimento), sem prejuízo de algumas funcionalidades poderem ficar condicionadas.

13. Direito de reclamação

Se considerar que o tratamento dos seus dados pessoais viola o RGPD ou outra legislação aplicável, o titular tem o direito de apresentar reclamação perante a autoridade de controlo competente: Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), Rua de São Bento n.º 148-3.º, 1200-821 Lisboa, www.cnpd.pt.

Sem prejuízo deste direito, o titular pode, em primeira linha, contactar diretamente a PSIFARO para tentar resolver a questão de forma amigável.

14. Atualizações da Política de Privacidade

A PSIFARO reserva-se o direito de alterar ou atualizar, a qualquer momento, a presente Política de Privacidade, designadamente para refletir alterações legislativas ou de práticas internas.

Qualquer alteração será publicada no Website da PSIFARO e disponibilizada (ou exposta) nos espaços físicos, entrando em vigor a partir da sua publicação, salvo indicação expressa contrária.